

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA**DECISÃO PLENÁRIA**

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 18/2020/TCMPA, de 16 de dezembro de 2020.

EMENTA: APROVA O PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO – PAF DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ – TCM PA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais e legais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma art. 2º, II, da Lei Complementar nº 109, de 27 de dezembro de 2016 e art. 3º e 15, incisos V e VII, do Regimento Interno (Ato nº. 16), por intermédio desta Resolução Plenária, de cumprimento obrigatório, e,

CONSIDERANDO a missão institucional desta Corte de Contas de assegurar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade, sob os princípios da legalidade, economicidade, eficiência, efetividade, publicidade, impessoalidade e moralidade, exercida mediante o controle externo da Administração Pública, com a finalidade precípua de aperfeiçoar o Estado brasileiro;

CONSIDERANDO, ainda, a aprovação da Resolução Administrativa nº 19/2019 que instituiu a obrigatoriedade de aprovação e regulamentação do **Plano Anual de Fiscalização – PAF**, no âmbito do TCM PA; e

CONSIDERANDO, por fim, a proposta encaminhada pelo Conselho de Controle Externo, devidamente apreciada pelo Colegiado, em Reunião Administrativa, realizada em 14/12/2020, destinada a verificação dos critérios técnicos de seletividade e padronização de atuação do Controle Externo, no exercício de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Plano Anual de Fiscalização – PAF 2021 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, anexo único a esta Resolução Administrativa, sendo dela parte integrante.

Art. 2º. As atividades de fiscalização, expressas no presente PAF serão selecionadas e quantificadas conforme Ordem Técnica Interna de Serviço – OTIS de uso restrito desta Corte de Contas.

Parágrafo Único. Considera-se, para fins desta Resolução:

I - Ordem Técnica Interna de Serviço (OTIS): instrumento interno de trabalho, destinado à regulamentação, definição e fixação dos critérios de atuação do controle externo, para cada área específica de fiscalização prevista na vigência do PAF.

II - Ordem de Serviço (OS): instrumento interno de trabalho, destinado à orientação das equipes técnicas do TCM PA, quanto aos procedimentos de fiscalizações, previstos na vigência do PAF.

Art. 3º. Os casos omissos, de repercussão específica em caso concreto, serão submetidos à decisão monocrática do Conselheiro-Relator, enquanto os demais, de repercussão geral, serão submetidos à apreciação e deliberação do Tribunal Pleno.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 01 de janeiro de 2021.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 16 de dezembro de 2020.

FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO

Conselheiro/Presidente

JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Conselheiro/Vice-Presidente

SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES

Conselheiro/Corregedor

MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ

Conselheira/Ouvidora

LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR

Conselheiro/Presidente da Câmara Especial

ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES

Conselheiro/Vice-Presidente da Câmara Especial

SÉRGIO FRANCO DANTAS

Conselheiro Substituto



ANEXO ÚNICO: (Resolução Administrativa Nº 18/2020/TCMPA)

PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO – PAF
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO
DO PARÁ
– EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021 –

1. APRESENTAÇÃO

O Plano Anual de Fiscalização – PAF 2021 é um instrumento de coordenação das atividades do controle externo, que objetiva estabelecer e fixar as diretrizes para as atividades de fiscalização; definir e orientar as áreas de atuação do controle externo; intensificar as atividades de fiscalização (auditorias, acompanhamentos, inspeções, levantamentos e monitoramentos); e uniformizar os processos e procedimentos de trabalho a serem adotados sob as premissas de incremento da eficácia, eficiência e efetividade das fiscalizações.

Trata-se de uma das boas práticas que se incorporou – a partir de diversas experiências demonstradas em outros estados da federação brasileira – no âmbito desta Corte de Contas, cuja construção sempre tem sido feita com o interesse de edificar uma proposta fundada na participação, interação e alinhamento aos objetivos estratégicos do Projeto “TCM 180” e do Planejamento Estratégico 2015/2030.

Ressalte-se que, em razão da crise mundial na saúde trazida pela disseminação em escala global da **COVID-19**, enfrentada pelo Brasil desde meados de fevereiro de 2020, são muitos os impactos significativos aos Poderes Públicos Municipais, jurisdicionados do TCM PA. Neste contexto, reforça-se a necessidade de fortalecimento das competências pedagógicas, preventivas e fiscalizatórias do TCM PA, as quais, em boa medida, são materializadas com a elaboração deste documento, impondo-se a sua observância, uma vez que é baliza que norteia as ações da Área Técnica de Controle Externo do Tribunal.

2. DAS DIRETRIZES DA FISCALIZAÇÃO

O PAF-2021 está delineado a partir das seguintes diretrizes de fiscalização, de caráter impositivo ao controle externo do TCM PA:

a) Alinhamento com o Planejamento Estratégico 2015/2030, que implantou a gestão estratégica no Tribunal de Contas, modernizando a sua forma de

atuação com vistas a aumentar a eficácia, eficiência e efetividade das ações de controle externo;

b) Alinhamento com as diretrizes da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON, visando ao aprimoramento dos Tribunais de Contas do Brasil, por meio do cumprimento de suas Resoluções;

c) Alinhamento com a Matriz de Risco de cada área específica de fiscalização que prioriza as ações de acordo com os critérios de materialidade, relevância e criticidade;

d) Fixação de planejamento da fiscalização, que observa metodologia e padrões de procedimentos estabelecidos em Ordem Técnica Interna de Serviço – OTIS e Ordem de Serviço – OS;

e) Especialização na execução das fiscalizações, em observância à reestruturação iniciada no TCM PA em 2019, que, objetivando aumentar a efetividade do controle externo, estabeleceram que as atividades fiscalizatórias de 2021 serão realizadas por controladorias e núcleos dotados de corpo técnico especializado e com competências exclusivas para executar cada instrumento de fiscalização previstos legal e regimentalmente;

f) Otimização de recursos, focado no melhor aproveitamento dos recursos (humanos, financeiros e materiais) existentes, por intermédio da reorganização de sua estrutura interna, observando a particularidade de cada área; traçando-se diretrizes de modo a conciliar o planejamento efetivo com a especialização dos instrumentos de fiscalização e visando sua otimização para a melhoria da gestão pública;

g) Aprimoramento da fiscalização, proporcionando celeridade processual com foco na efetividade e na tempestividade das decisões de controle. O TCM PA com vistas a prevenir a ocorrência de danos e dar respostas mais céleres e eficazes à sociedade, utilizará técnicas de fiscalização que contribuam para o aprimoramento e melhoria do desempenho da gestão pública municipal; e

h) Fortalecimento da integração entre o Tribunal, Jurisdicionado e Sociedade. A integração entre os entes estimula a transparência e incentiva as pessoas, isoladamente, ou em grupos organizados, a exercerem seus direitos de cidadania a fim de assegurar resultados concretos e benéficos à sociedade.



3. DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO

O PAF-2021 contempla 05 (cinco) áreas de atuação, sendo 04 (quatro) temáticas (educação, saúde, previdência social e mobilidade urbana), e 01 (uma) transversal, que engloba a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial, atos de pessoal e obras e serviços de engenharia comuns a todas as áreas temáticas, inclusive o tratamento de estoque processual existente.

Entende-se como área temática do controle externo, neste caso concreto, aquela que está relacionada à gestão das políticas públicas acima apresentadas, e como área transversal aquela conexas à gestão administrativa.

3.1. ÁREA TEMÁTICA 1: EDUCAÇÃO

3.1.1. Monitoramento de auditorias operacionais realizadas por meio do Programa “TCMPA nas Escolas” no exercício de 2018.

3.1.2. Acompanhamento das metas e estratégias fixadas nos Planos Municipais de Educação.

3.1.3. Fiscalizações em municípios, por meio do Programa “TCMPA nas Escolas” e uso do app “TCM nas escolas” na versão 2021.

3.1.4. Fiscalizações em auditorias coordenadas do Projeto Integrar.

3.1.5. Fiscalizações extraordinárias, desde que aprovadas previamente pelo Tribunal Pleno, advindas de fatos ou informações, excepcionais, relevantes e/ou urgentes que justifiquem a atuação prioritária e concomitante do TCMPA, não prevista pelo PAF-2021.

3.2. ÁREA TEMÁTICA 2: SAÚDE

3.2.1. Execução da Auditoria Operacional, com foco na Assistência Farmacêutica, estando condicionada à viabilidade da presença das equipes *in loco* nos municípios, em virtude da Pandemia da **COVID-19**.

3.2.2. Levantamento dos Planos Municipais de Saúde junto aos jurisdicionados e demais entidades representativas da Sociedade Civil.

3.2.3. Acompanhamento da execução dos Planos Municipais de Saúde e do Planejamento Anual de Saúde e da elaboração do Relatório Anual de Gestão, junto aos jurisdicionados e demais entidades representativas da Sociedade Civil.

3.2.4. Fiscalização nos municípios quanto ao funcionamento das UBS, em parceria com os Conselhos Municipais de Saúde.

3.2.5. Reuniões virtuais com autoridades ligadas à área da Saúde, visando aproximação do NUF junto aos jurisdicionados e demais entidades representativas da Sociedade Civil, por se tratar de nova legislatura.

3.2.6. Fiscalizações extraordinárias, desde que aprovadas previamente pelo Tribunal Pleno, advindas de fatos ou informações, excepcionais, relevantes e/ou urgentes que justifiquem a atuação prioritária e concomitante do TCMPA, não prevista pelo PAF-2021 e, também observada a viabilidade de deslocamento de servidores, em virtude das condições sanitárias mediante cenário da Pandemia **COVID-19**.

3.3. ÁREA TEMÁTICA 3: PREVIDÊNCIA SOCIAL

3.3.1. Acompanhamento tempestivo, por meio da Auditoria do Desempenho dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS's, com foco restritivo e seletivo nos pontos de controle estabelecidos na Instrução Normativa n.º 002/2016/TCMPA, com vistas a avaliar a sustentabilidade da gestão previdenciária e o equilíbrio financeiro e atuarial.

3.4. ÁREA TEMÁTICA 4: MOBILIDADE URBANA

3.4.1. Fiscalização de novos processos licitatórios publicados, cuja delimitação será definida pelo critério da matriz de risco sobre Mobilidade Urbana – eixo transporte coletivo de passageiros.

3.4.2. Acompanhamento da execução do contrato sobre Mobilidade Urbana – eixo transporte coletivo de passageiros.

3.4.3. Monitoramento das ações relacionadas à concorrência n.º 001/2020-SEMOB - Unidade jurisdicionada do município de Belém, nos termos das recomendações proferidas na Informação Técnica n.º 001/2020/NUF/TCMPA.

3.5. ÁREA TRANSVERSAL: GESTÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL COMUNS A TODAS AS ÁREAS TEMÁTICAS

3.5.1. Instrução inicial/citação das unidades gestoras remanescentes, relativas ao exercício de 2019, em conformidade com o modelo de Relatório Eletrônico Integrado – REI, devidamente aprovado em ato próprio.



3.5.2. Instrução inicial/citação das unidades gestoras do exercício de 2020, em conformidade com o modelo de Relatório Eletrônico Integrado – REI, devidamente aprovado em ato próprio.

3.5.3. Emissão de Atos de Alerta, conforme a necessidade e de acordo com os prazos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (LC nº101/2000).

3.5.4 Análise da Transparência Pública referente ao exercício de 2021, com a emissão de notificação, caso necessária, nos moldes das Leis da Transparência (LC nº 131/2009), Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) e Lei Federal nº 13.460/2017.

3.5.5. Avaliação dos processos orbitais do tipo: denúncias, convênios, entre outros, autuados em 2021, dando prioridade àqueles que impactem no ano corrente e subsequentes.

3.5.6. Análise dos procedimentos de contratação disponibilizados por meio do Mural de Licitações, exercício 2021.

3.5.7. Auditoria no Programa de Saneamento Básico da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN II), parcialmente realizado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por intermédio do Contrato de Empréstimo Nº. 3303/OC–BR (BR-L1369), sobre a execução do projeto até dezembro de 2020.

3.5.8. Auditoria no Programa de Saneamento Básico da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN II), parcialmente realizado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por intermédio do Contrato de Empréstimo Nº. 3303/OC–BR (BR-L1369), sobre a execução do projeto até junho de 2021.

3.5.9. Análise de legalidade dos atos de aposentadoria, pensão e revisão de proventos, nos moldes da Resolução Administrativa n.º 18/2018/TCMPA.

3.5.10 Análise de legalidade dos atos de admissão de pessoal efetivo, nos moldes da Resolução Administrativa n.º 18/2018/TCMPA, com emissão de parecer inicial e, se for o caso, encaminhamento para diligência, nos processos autuados em 2020/2021.

3.5.11. Análise de legalidade dos contratos temporários celebrados em 2020 e 2021, nos moldes da Resolução Administrativa n.º 18/2018/TCMPA, desvinculada da prestação de contas, com possibilidade de tomada de contas especial em caso de dano ao erário ou aplicação de multa em caso de irregularidades.

3.5.12. Análise de legalidade dos atos de fixação ou revisão de subsídios dos agentes políticos, autuados em 2020 e 2021, relativos à legislatura de 2021 a 2024, desvinculada da prestação de contas, com possibilidade de tomada de contas especial em caso de dano ao erário ou aplicação de multa em caso de irregularidades nos moldes de ato normativo próprio.

3.5.13. Análise de legalidade dos atos de fixação de remuneração e concessão de revisão geral anual e reajuste a servidores.

3.5.14. Análise de legalidade dos atos de fixação de diárias.

3.5.15. Monitoramento e fiscalização remota por meio do sistema Geo-obras, das obras e serviços de engenharia relevantes.

3.5.16. Monitoramento e fiscalização remota por meio do sistema Geo-obras, das obras e serviços de engenharia contratadas emergencialmente pelos municípios.

3.5.17. Apoiar o NUF, participando, quando solicitado, da execução de projetos ou atividades pontuais que demandem conhecimentos específicos da área de engenharia.

3.6. ESTOQUE PROCESSUAL:

3.6.1. O tratamento do estoque processual deverá observar ato normativo próprio.

3.6.2. Instrução inicial/citação das unidades gestoras remanescentes do exercício de 2018, com análise em conformidade com o modelo de Relatório Eletrônico Integrado – REI, devidamente aprovado em ato próprio.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PAF-2021 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará consiste em um documento formulado de modo integrado entre as unidades técnicas de controle externo, que contém a definição de diretrizes e delimitação das áreas de atuação prioritárias estabelecidas deste órgão fiscalizador.

Tal instrumento de planejamento, contudo, não se apresenta com caráter impermeável ou intransponível à realização de fiscalizações fora do seu escopo, decorrente do surgimento de situações extraordinárias relevantes, não previstas, ou ainda, demandadas por intermédio de termos de cooperação técnica, convênios e outros instrumentos congêneres.



Há de se ressaltar que da fiscalização resultará relatório gerencial, que será submetido ao controle de qualidade realizado pela Unidade Técnica de Controle Externo, o qual será construído em atendimento aos padrões estabelecidos na Ordem Técnica Interna de Serviço (OTIS) e nas Ordens de Serviços (OS), instruído, obrigatoriamente, da documentação levantada e com pertinência à ação de controle, resultante dos procedimentos fiscalizatórios, além de conter a análise do confronto de todos os trabalhos planejados, os efetivamente realizados e os aqueles em andamento, com o objetivo de detectar e trazer à tona as possíveis distorções, analisar suas causas e tornar possíveis as correções necessárias.

Por fim, é importante afirmar que este Plano foi idealizado como principal instrumento de coordenação das atividades do controle externo para o ano-calendário de 2021, com a intenção de padronizar os processos de trabalho, consolidar, orientar e dar transparência às atividades fiscalizatórias previstas para o exercício financeiro, com vistas a aumentar a eficácia, a eficiência e a efetividade das fiscalizações, proporcionando resultados cada vez mais concretos e benéficos à sociedade paraense, além de permitir a elaboração de registro histórico das ações e dos resultados produzidos, a serem utilizados como instrumento de gerenciamento da atuação do TCMPA e do consequente aperfeiçoamento das administrações municipais.

INSTRUÇÃO NORMATIVA

DECISÃO PLENÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19/2020/TCMPA, de 16 de dezembro de 2020.

EMENTA: ALTERA, REVOGA E ACRESCE DISPOSITIVOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 02/2019/TCM-PA, DE 16/12/2019, QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA APRESENTAÇÃO ELETRÔNICA DAS REMESSAS DE DADOS MENSAIS, PRESTAÇÕES DE CONTAS E DEMAIS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, MATRIZ DE SALDOS CONTÁBEIS E RESPECTIVAS RETIFICADORAS, A PARTIR DO EXERCÍCIO DE 2020, NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder

regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do art. 2º, II, da Lei Complementar n.º 109, de 27 de dezembro de 2016 e do art. 3º do Regimento Interno (Ato n.º 16/2013), por intermédio desta Instrução Normativa, de cumprimento obrigatório,

RESOLVE:

Art. 1º. Os incisos VII, VIII e X do artigo 1º; o §1º do art. 2º; os incisos do art. 15; e o §2º do art. 16 da Instrução Normativa n.º 02/2019/TCM-PA, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. [...]

VII – Termo de Transferência de Cargos (TTC): documento elaborado conforme modelo disponível no anexo II, assinado entre gestores nas transições de mandatos e/ou gestão, o qual dará ciência ao sucessor quanto às execuções orçamentária, financeira e patrimonial recebidas, podendo os documentos comprobatórios (arquivos formatos E-Contas, XBRL e/ou PDF's) serem disponibilizados pelo sucedido em área de transferência ou entregues diretamente ao sucessor.

VIII – Tomada de Contas Especial (TCE): é o procedimento administrativo formalizado, com rito próprio, instaurado nos casos em que seja verificada a omissão do dever de prestar contas, não comprovação da aplicação dos recursos repassados pelo Município, ocorrência de alcance ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou ainda, a prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário municipal.

X – Determinação da Tomada de Contas Especial: procedimento realizado pelo Tribunal de Contas, por iniciativa do Conselheiro Relator, para que o jurisdicionado que deixou de instaurar a tomada de contas especial de ofício a faça.

Art. 2º. [...]

§ 1º. Sempre que ocorrer mudança de gestor, o sucedido promoverá a emissão do Termo de Transferência de Cargos (TTC), conforme modelo disponibilizado no Anexo II, que será assinado pelo sucedido e sucessor, conjuntamente, oportunidade em que serão transferidos os bancos de dados e todos os documentos necessários para o fiel cumprimento do dever de prestar contas, devidamente assinados digitalmente na forma do Anexo I.

